

Sarney influenciou senador na decisão

• A tese que prevalece hoje para repelir uma CPI no Senado ou mesmo impedir que o caso vá para o Conselho de Ética é eleger a Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal como os foros para qualquer investigação criminal que envolva um parlamentar. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), depois de reunir-se com Antonio Carlos e com o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), foi claro:

— Tudo o que diz respeito à parte criminal, aos crimes comuns, é de competência do Supremo Tribunal Federal. Não podemos nos antecipar. A competência não é nossa.

Sarney foi um dos que influenciaram a decisão de Antonio Carlos de desistir da presidência da CCJ. Até o início da tarde de ontem, o senador não estava certo do rumo a seguir. De manhã, parecia disposto a dizer que aceitara a sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e que renunciaria à candidatura.

Antonio Carlos foi alertado por companheiros de partido de que não poderia tomar tal decisão motivado por um petista. Aceitou a ponderação e modificou o discurso. Antes de tudo, agradeceu o apoio incondicional do PFL e citou Agripino e o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC).

O conteúdo final da curta fala de Antonio Carlos à imprensa foi fruto de uma série de reuniões. Agripino, de manhã cedo, esteve com o senador Marco Maciel (PFL-PE). Na véspera, falara com Bornhausen. Do encontro com Maciel, o líder do PFL partiu para uma reunião com os líderes Tião Viana (AC), do PT, e Aloizio Mercadante (PT-SP), do governo, enviados a Agripino por Sarney.

Sarney transmitiu a Antonio Carlos, amigo de longa data, as ponderações do governo Lula de que era preciso tirá-lo de foco. O senador aceitou os conselhos.

— Antonio Carlos tomou o caminho que julgou conveniente para ele e para a Casa. Para que haja uma CPI, é preciso indícios, e ninguém consegue ainda os enxergar — disse Agripino.

Provável presidente da CCJ, a ser eleito hoje, Lobão já faz coro com o partido:

— Não vejo razões para uma CPI. Se há uma investigação federal em curso, não há por que levar o caso ao Conselho de Ética, e muito menos a uma CPI.

► NO GLOBO ON LINE:

Participe da enquete: o escândalo dos gramos na Bahia deve ser alvo de uma CPI?

www.oglobo.com.br/pais